



## **COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL**

### **ATA NÚMERO 143/XIII/3.ª SL**

Aos 28 dias do mês de março de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### **I Parte**

**Audição da Secretária de Estado da Segurança Social no âmbito do requerimento apresentado pelo GP do BE sobre Ação Social e regras dos Acordos de Cooperação com as Instituições Particulares de Solidariedade Social**

#### **II Parte**

1. **Apreciação e votação das atas n.ºs 131 e 132, referentes às reuniões dos dias 31 de janeiro e 7 de fevereiro de 2018;**
2. **Discussão conjunta do Projeto de Resolução n.º 1183/XIII/3.ª (BE) - Disponibilização pelo Centro Nacional de Pensões de recibo discriminado da pensão com indicação dos valores que a compõem, em data anterior à do recebimento e do Projeto de Resolução n.º 1404/XIII/3.ª (PCP) - Recomenda ao Governo que seja prestada informação detalhada aos reformados e pensionistas sobre os valores das suas pensões e reformas;**
3. **Deliberação sobre a metodologia de discussão e votação das propostas de alteração apresentadas no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 45/XIII/3.ª (BE) e 46/XIII/3.ª (PCP) - Decreto-Lei n.º 95/2017, de 10 de agosto, que "Regula a transferência para a Caixa Geral de Aposentações, I. P., do encargo financeiro com os complementos de pensão dos trabalhadores da Carris";**
4. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP sobre a situação dos trabalhadores da Somincor - Sociedade Mineira de Neves-Corvo, SA, subsidiária da Lundin Mining, para audição, com urgência, da Inspetora-Geral da Autoridade para as Condições do Trabalho, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira e do ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;**
5. **Outros assuntos.**

---

#### **I Parte**

**Audição da Secretária de Estado da Segurança Social no âmbito do requerimento apresentado pelo GP do BE sobre Ação Social e regras dos Acordos de Cooperação com as Instituições Particulares de Solidariedade Social**

A Senhora Vice-Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputada Wanda Guimarães (PS), que presidiu à reunião em virtude da



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 143/XIII/3.ª SL

impossibilidade de o Senhor Presidente estar presente, deu as boas vindas à Senhora Secretária de Estado da Segurança Social (Cláudia Joaquim), a quem agradeceu a presença, apresentou a metodologia adotada para aquela audição e deu a palavra ao Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) para apresentação do requerimento da autoria do seu Grupo Parlamentar, aprovado por unanimidade em reunião da Comissão.

Usou de seguida da palavra a Senhora Secretária de Estado da Segurança Social na sua primeira intervenção.

Na única ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores e as Senhoras Deputadas Maria das Mercês Borges (PSD), Ricardo Bexiga (PS), José Moura Soeiro (BE), Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP), tendo a Senhora Secretária de Estado da Segurança Social respondido em conjunto às questões colocadas.

A [audição](#) foi gravada em suporte [vídeo](#) e [áudio](#), constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

#### II Parte

1. **Apreciação e votação das atas n.ºs 131 e 132, referentes às reuniões dos dias 31 de janeiro e 7 de fevereiro de 2018;**

Submetidas à votação, foram as atas supra identificadas aprovadas por unanimidade, tais como as atas n.º 133 e 134, ambas de 14 de fevereiro de 2018, e n.º 135, de 15 de fevereiro de 2018.

2. **Discussão conjunta do Projeto de Resolução n.º 1183/XIII/3.ª (BE) - Disponibilização pelo Centro Nacional de Pensões de recibo discriminado da pensão com indicação dos valores que a compõem, em data anterior à do recebimento e do Projeto de Resolução n.º 1404/XIII/3.ª (PCP) - Recomenda ao Governo que seja prestada informação detalhada aos reformados e pensionistas sobre os valores das suas pensões e reformas;**

Realizou-se neste ponto a discussão conjunta das duas iniciativas em epígrafe, nos termos que constam da informação produzida a este respeito, e que aqui se dão por reproduzidos, registando-se as intervenções das Senhoras e dos Senhores Deputados



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 143/XIII/3.ª SL

José Moura Soeiro (BE), Rita Rato (PCP), Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP), Rui Riso (PS) e Clara Marques Mendes (PSD), tendo o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) anunciado a final a intenção de, no seguimento deste debate, proceder à substituição do texto do projeto de resolução apresentado pelo seu Grupo Parlamentar (GP), sublinhando a Senhora Presidente em exercício que tal se tratava de um direito que assistia a qualquer proponente, antes da respetiva votação.

- 3. Deliberação sobre a metodologia de discussão e votação das propostas de alteração apresentadas no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 45/XIII/3.ª (BE) e 46/XIII/3.ª (PCP) - Decreto-Lei n.º 95/2017, de 10 de agosto, que "Regula a transferência para a Caixa Geral de Aposentações, I. P., do encargo financeiro com os complementos de pensão dos trabalhadores da Carris";**

Entrando na apreciação do terceiro ponto da ordem do dia, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) manifestou que no seu entender a metodologia a adotar passaria pela discussão e votação na especialidade das iniciativas e das propostas de alteração então apresentadas em reunião de Comissão, se não naquela, pelo menos em reunião anterior, estando porém abertos a discutir qualquer proposta do outro proponente, o GP do PCP. Por sua vez, a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) recordou que estas propostas já haviam sido discutidas há bastante tempo, sendo o seu conteúdo do conhecimento de todos os Grupos Parlamentares, pelo que partilhava do entendimento do GP do BE, defendendo o agendamento da discussão e votação para a reunião ordinária seguinte à audição do Senhor Ministro do Trabalho. Por fim, a Senhora Presidente em exercício anunciou que, salvo algum imprevisto, a discussão e votação das apreciações parlamentares em epígrafe seriam incluídas na ordem de trabalhos da reunião de quarta-feira, 11 de abril de 2018.

- 4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP sobre a situação dos trabalhadores da Somincor - Sociedade Mineira de Neves-Corvo, SA, subsidiária da Lundin Mining, para audição, com urgência, da Inspetora-Geral da Autoridade para as Condições do Trabalho, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira e do ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;**

Neste momento, foi concedida a palavra à Senhora Deputada Rita Rato (PCP), que procedeu à apresentação do requerimento indicado, com origem numa situação de assédio moral denunciada pelos trabalhadores da indústria mineira, na mina da *Somincor*, em Castro Verde, dando conta das lutas desenvolvidas por estes trabalhadores nos últimos meses, diretamente relacionadas com a melhoria das



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 143/XIII/3.ª SL

condições de trabalho e com o cumprimento do Decreto-Lei de antecipação da idade da reforma. Prosseguiu afirmando que, no seguimento dessas lutas, alguns trabalhadores tinham sido alvo de alteração de funções e vítimas de assédio moral pela empresa. O Sindicato teria também requerido a intervenção da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), o que, decorridas três semanas, ainda não se tinha verificado. Deste modo, o seu Grupo Parlamentar acompanhava toda esta situação, pela importância do setor para o país (esta empresa é a oitava maior exportadora em Portugal), e também pela gravidade destas ilegalidades. Acrescentou que seria importante seguir a ordem das audições inscrita no requerimento, à imagem do que já sucedera nas audições efetuadas no âmbito da PT/Altice: primeiro a ACT, depois o Sindicato e por fim o Ministro, o que inviabilizaria que este se pronunciasse sobre esta matéria na audição regimental da próxima semana.

Neste momento, a Senhora Presidente em exercício recordou que estavam ainda pendentes a audição do Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e da Presidente da Comissão Nacional para a Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens (CNPDPJ).

Interveio de seguida o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), que mencionou que o seu Grupo Parlamentar também vinha acompanhando esta situação, por via do contacto com os trabalhadores e também pela interpelação ao Governo, associando-se assim à proposta apresentada, independentemente de a audição do Ministro ser a primeira ou a última a realizar-se.

Por sua vez, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) começou por declarar que não concordava com a realização de uma ronda específica sobre esta matéria na audição regimental do Senhor Ministro do Trabalho, exemplificando com a última reunião em que isso sucedera, e que inviabilizara o cumprimento de uma terceira ronda, por manifesta falta de tempo. Noutro âmbito, defendeu a inclusão da Administração da Sociedade Mineira aqui em causa no rol das entidades a ouvir, em cumprimento do princípio do contraditório, o que mereceu a concordância da Senhora Deputada Rita Rato (PCP), que lembrou que de resto tal já sucedera em outras ocasiões no passado.

Já o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) afirmou que não se oporia à realização da audição, se for esse o entendimento dos demais Grupos Parlamentares, dando conta que o seu GP já havia recebido estes trabalhadores em audiência por



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 143/XIII/3.<sup>a</sup> SL

eles solicitada. Neste seguimento, referiu que estes casos poderiam ser encaminhados para o Grupo de Trabalho – Audiências, de forma a não sobrecarregar a Comissão, tendo todavia a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) recordado que não se tratava de um pedido de audiência mas sim de um requerimento potestativo de um Grupo Parlamentar com vista à audição destas entidades, pelo que deveria ser tratado em Comissão e não no Grupo de Trabalho.

Neste momento, a Senhora Presidente em exercício ressaltou que se encontrava ainda pendente de calendarização um requerimento já aprovado do GP do BE, que se destinava a ouvir, entre outras, as estruturas representativas dos trabalhadores e a Administração da EFACEC, tendo o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) sinalizado que pretendia abordar essa temática no último ponto da ordem de trabalhos. Assim sendo, foi o requerimento submetido a votação, sendo aprovado por unanimidade, com o aditamento da audição da Administração da *Somincor* – Sociedade Mineira de Neves-Corvo, S. A., tal como resultara da discussão encetada.

#### 5. Outros assuntos.

No derradeiro ponto da ordem do dia, tomou da palavra o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS), sugerindo a antecipação da audição do Senhor Provedor da SCML de modo a que esta se realizasse antes da audição do Senhor Ministro do Trabalho, o que, porém, não obteve provimento dada a ausência de data disponível para o efeito. Por outro lado, o mesmo Senhor Deputado manifestou a sua surpresa pela distribuição de algumas iniciativas não respeitarem a divisão de competências entre Comissões, apresentando para o efeito dois exemplos: as iniciativas relacionadas com o Estatuto do Cuidador Informal e com o Estatuto profissional de engenheiros e arquitetos, fazendo votos para que esta constatação pudesse chegar ao Gabinete do Senhor Presidente da Assembleia da República (GABPAR).

Em sentido contrário, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) assinalou que havia sido requerida a baixa sem votação a esta Comissão das iniciativas que versam sobre o Estatuto do Cuidador Informal, encontrando-se agora essas iniciativas na CTSS. Perante isto, propôs a criação imediata de um Grupo de Trabalho para acompanhar estas iniciativas. De seguida, apelou a que a Senhora Deputada Coordenadora do Grupo de Trabalho – Alteração do Regime Jurídico dos Bailarinos Profissionais (GT – ARJBP) agendasse com a maior brevidade possível uma reunião deste GT. Por fim, e



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 143/XIII/3.ª SL

quanto à EFACEC, atendendo até aos desenvolvimentos mais recentes na empresa, propôs que se realizassem as audições requeridas às 10h das próximas quartas-feiras, 11 e 18 de abril.

Interveio de seguida a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD), principiando por concordar com alguma discrepância na distribuição de algumas iniciativas, mormente em matéria de parentalidade, pelo que deixava novamente um apelo nesse sentido. Manifestou-se ainda contra a constituição de Grupos de Trabalho avulsos, recordando que as iniciativas dos bailarinos, designadamente, já haviam baixado há mais de dois anos, devendo respeitar-se a ordem de entrada das iniciativas em Comissão.

Neste momento, a Senhora Presidente em exercício esclareceu que seria a Senhora Deputada Carla Tavares (PS) a coordenar o GT – ARJBP, encontrando-se tão só por indicar o nome do representante do GP do CDS-PP. Quanto à distribuição de iniciativas, considerou ser pacífica a necessidade de fazer chegar a incompreensão da CTSS quanto a alguns dos critérios adotados, quer em sede de Conferência de Líderes, quer de Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares.

Destarte, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) entendeu que o seu Grupo Parlamentar não adotava nenhum critério avulso na constituição de Grupos de Trabalho, na medida em que só propunham a sua criação quando consideravam que se tratava da metodologia correta a adotar. Descreveu então de forma sucinta os Grupos de Trabalho em funcionamento, e propôs mais uma vez a constituição de um Grupo de Trabalho sobre o Estatuto do Cuidador Informal naquele mesmo dia. No que concerne à formalização de um Grupo de Trabalho dedicado à matéria da precariedade no Código do Trabalho, considerou que este deveria aguardar pela anunciada iniciativa legislativa do Governo sobre este assunto, assim como as iniciativas relacionadas com mecanismos de adaptabilidade e banco de horas.

Já o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) reconheceu ser necessário acompanhar as iniciativas encaminhadas para outras Comissões que versassem sobre competências da Comissão de Trabalho, exemplificando com um Grupo de Trabalho sobre os Direitos da Criança, do qual era membro, que havia sido constituído no seio da 1.ª Comissão, não podendo a CTSS ficar à margem destes trabalhos. Aduziu ainda que o GT – ARJBP poderia iniciar as suas reuniões sem a indicação do membro do CDS-PP, sendo esse atraso imputado à articulação com a 12.ª Comissão

## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 143/XIII/3.<sup>a</sup> SL

para o efeito. Por último, salientou que a criação de um Grupo de Trabalho sobre o Estatuto do Cuidador Informal não se encontrava na ordem de trabalhos, apesar de o seu GP acompanhar esta matéria como urgente, não sem que a mesma deixasse de ser articulada com a Comissão de Saúde, tal como sucede aliás entre a Subcomissão para a Igualdade e o Grupo de Trabalho – Parentalidade e Igualdade de Género. Neste ponto, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) defendeu que o Projeto de Resolução n.º 1400/XIII/3.<sup>a</sup> (CDS-PP) deveria permanecer na Comissão de Saúde, pois versava maioritariamente sobre outras matérias para além do Estatuto do Cuidador Informal.

Por sua vez, a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) reiterou que o seu Grupo Parlamentar estava de acordo com o início dos trabalhos do GT – ARJBP e que entendia como prioritária a constituição de um Grupo de Trabalho sobre as iniciativas relacionadas com a Precariedade no Código do Trabalho, apesar de compreenderem que o GP do BE tivesse definido a constituição do GT - Estatuto do Cuidador Informal como urgente. Assim sendo, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) solicitou que fosse agendado um ponto autónomo na próxima reunião sobre a eventual criação do GT – Estatuto do Cuidador Informal.

A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) esclareceu que o seu Grupo Parlamentar não se opunha à criação de nenhum Grupo de Trabalho, não deixando porém de realçar que não eram só as expectativas dos Cuidadores Informais que mereciam tutela. Acrescentou ainda que não se opunham às audições da EFACEC.

Deste modo, a Senhora Presidente em exercício resumiu os agendamentos a realizar por conta do requerimento do GP do BE: audições nas quartas-feiras de 11 e 18 de abril, ambas pelas 10h.

Posteriormente, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) deu conta do propósito de alargamento do âmbito de visita a Fátima, de forma a abranger o Centro de Apoio a Deficientes João Paulo II, mencionando a este respeito o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) que apesar de a visita ser da maior importância, infelizmente o seu Grupo Parlamentar não se conseguiria fazer representar, por motivos de agenda. A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) perguntou pela possibilidade de participação na visita de um Deputado do seu Grupo Parlamentar, mas de outra Comissão, tendo recebido resposta afirmativa, enquanto o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) garantiu que o seu Grupo Parlamentar



## **COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL**

### **ATA NÚMERO 143/XIII/3.ª SL**

indicaria a sua representação para esta deslocação até ao dia seguinte, constatando que a concretização destas atividades revelava as dificuldades enunciadas aquando da discussão do plano de atividades.

Findas as intervenções, a Senhora Presidente em exercício colocou à consideração dos Senhores Deputados a possibilidade de na próxima reunião ser apreciada a criação dos Grupos de Trabalho – Estatuto do Cuidador Informal e Precariedade, antecedida de uma informação detalhada sobre o ponto de situação das iniciativas, assim como enumerou os outros assuntos pendentes em Comissão.

Por fim, interveio ainda a Senhora Deputada Rita Rato (PCP), defendendo que não se justificava a constituição de um Grupo de Trabalho conjunto com a 1.ª Comissão sobre os Direitos das Crianças, e perguntando pela indicação de outras datas para a realização da audição da Senhora Presidente da CNPDPCJ, lembrando então a Senhora Presidente em exercício que no dia 17 de abril teria lugar a Audição Parlamentar: A implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em Portugal, da iniciativa do GP do BE, que havia sugerido até um programa provisório, e que fora enviado aos demais Grupos Parlamentares para recolha de contributos. Perante isto, propôs que o agendamento da audição da Senhora Presidente da CNPDPCJ fosse incluído nos outros assuntos da próxima reunião.

A reunião foi encerrada às 13:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 28 de março de 2018

**A VICE-PRESIDENTE**

**(WANDA GUIMARÃES)**



## **COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL**

### **ATA NÚMERO 143/XIII/3.ª SL**

#### **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva  
António Carlos Monteiro  
Carla Barros  
Clara Marques Mendes  
Filipe Anacoreta Correia  
Joaquim Raposo  
José Moura Soeiro  
José Rui Cruz  
Maria das Mercês Borges  
Ricardo Bexiga  
Rita Rato  
Rui Riso  
Sofia Araújo  
Sónia Fertuzinhos  
Susana Lamas  
Tiago Barbosa Ribeiro  
Wanda Guimarães  
Francisco Rocha  
Helga Correia  
Luís Soares

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carla Tavares  
Feliciano Barreiras Duarte  
Joana Barata Lopes  
Sandra Pereira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Pires  
Pedro Roque

